

CICLO DE FORMAÇÃO SINDICAL

Sindicalismo e Luta de Classes



Assembleia dos Professores delibera por paralisação contra a vontade do SINPRO. Brasília, 23/02/2015.

Bloco 4 – O sindicalismo brasileiro na hegemonia governista e as possibilidades de uma tendência sindical revolucionária

FÓRUM DE OPOSIÇÕES PELA BASE - FOB
Distrito Federal e Entorno

1º CICLO DE FORMAÇÃO SINDICAL- DF/ENTORNO

“SINDICALISMO E LUTA DE CLASSES: DA AIT AOS DIAS ATUAIS”

Objetivo Geral:

Discutir a estrutura sindical brasileira, suas origens e aplicabilidade da mesma hoje, bem como a forma como trabalhadores em diversas situações combateram a mesma, com ou sem sucesso.

O objetivo prático é aprofundar nossa prática sindical com subsidio teórico para combater a estrutura sindical brasileira estando nós em direção de sindicatos oficiais, ou em oposição as diretorias sindicais, mas sempre em oposição à atual estrutura sindical.

Metodologia:

Trabalhar por ciclos de formação. O ciclo não se dá de forma linear, mas apenas como forma de organizar as indicações bibliográfica e de filmes. Assim, durante a formação sobre um elemento teremos a liberdade de buscar fontes bibliográficas de outros ciclos para melhor compreender um fenômeno e subsidiar a discussão acerca do mesmo. A proposta é de que na abertura de cada ciclo alguma camarada abra a temática levantando questões, polêmicas e explicações mais didáticas sobre determinados assuntos.

06/05 – 19h

Mesa de abertura: “Os desafios atuais da classe trabalhadora: resistência ou subordinação?”

Debater a conjuntura atual contemplando as políticas dos governos e da burguesia nacional e internacional, bem como as formas de resistência, luta e subordinação da classe trabalhadora.

09/05 – 9h às 12h

Bloco 1 – Associação Internacional dos Trabalhadores (1864 - 1876) e América Latina;

Compreender a concepção de luta e organização da Associação, sua ascensão e decadência. As influências da AIT na formação dos sindicatos no Brasil e na América Latina.

16/05 – 14h às 18h

Bloco 2 - A estrutura sindical brasileira, as oposições sindicais e o “novo sindicalismo”

Compreender as táticas e estratégias do Estado e da classe trabalhadora para lidar com a Estrutura Sindical. A negação da luta armada na gênese da tradição petista.

23/05 – 9h às 12h

Bloco 3 – A crise do sindicalismo/socialismo no pós-queda do muro de Berlim

Analisar o pico das políticas neoliberais (precarização, terceirização) no mundo e a resposta da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva do capital e as ideologias pós-modernas: fim da história; fim do trabalho; fim do sindicalismo.

30/05 – 14h às 18h

Bloco 4 – O sindicalismo brasileiro na hegemonia governista e as possibilidades de uma tendência sindical revolucionária

Analisar o freio imposto ao movimento sindical pelo governo e as iniciativas de ruptura e reorganização, especialmente desde as Jornadas de Junho e rebeliões populares (rodoviários, operários obras do PAC, Comperj, garis do Rio de Janeiro, revoltas nas favelas, etc.).

Declaração do I Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais - 1º ENOPES

Realizado dias 15, 16 e 17 de Novembro de 2013

Caracterização da Situação Nacional e Mundial

1 – Mais de 150 trabalhadores(as), estudantes e ativistas do Brasil, das regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, do movimento popular, sindical e estudantil reuniram-se no ENOPES nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2013.

2 – Estiveram reunidos para analisar a crise estrutural de organização do proletariado, a luta de classes depois do levante popular e traçar uma política e plano de lutas para tal conjuntura. Esta declaração apresenta o resultado dos trabalhos que apontam para o fortalecimento das lutas populares e para a construção de uma Tendência Classista e Internacionalista, hoje materializada no Fórum de Oposições pela Base (FOB).

3 – Tomando por base o documento “Teses para Construção de uma Tendência Classista e Internacionalista”¹ e a orientação histórica do sindicalismo revolucionário, produzimos uma análise de conjuntura e diversas políticas que visam aglutinar as forças de resistência popular e dar-lhes uma orientação estratégica e programática.

4 – Os trabalhadores enfrentam uma profunda crise que não é nem conjuntural, nem de direção, mas uma crise estrutural de concepção de organização. A crise mundial que possibilitou um novo ciclo de lutas de classes explicita isso no Brasil e no Mundo. As massas insurgentes se batem não somente contra o Estado, o capital, as forças repressivas, mas também contra a burocracia sindical e estruturas representativas falidas que impedem seu avanço. As massas batem-se também contra suas próprias limitações organizativas.

1 As teses podem ser encontradas nos sítios:
www.enopes2013.wordpress.com ou
www.oposicaoelabase.blogspot.com

5 – Essa contradição ficou explicitada nos meses de junho e julho de 2013, quando um grande levante popular eclodiu e teve de enfrentar a capitulação de todas as centrais sindicais e da grande maioria dos sindicatos. A traição foi levada ao extremo limite da repressão e criminalização, o ataque mais covarde contra os trabalhadores e juventude em luta. Essa traição se dá no momento em que o capitalismo internacional está em crise, em que o modelo do lulismo entra na fase mais visível de sua agonia e quando as massas avançam voluntariamente para luta.

6 – Ou seja, não existe nenhuma justificativa objetiva nem subjetiva para o recuo. Todas as condições estão dadas para que surja um movimento de massas de novo tipo e esse tipo é o sindicalismo revolucionário. O levante popular do Brasil mostrou a emergência no cenário político do proletariado marginal (trabalhadoras e trabalhadores precarizados, terceirizados, superexplorados que aparecem como moradores de periferias e favelas, jovens, indígenas, negros, camponeses e trabalhadores rurais, etc.), que aparece como sujeito político balizador das pautas nos diversos protestos que ocorreram durante o levante popular e em diversas lutas depois de junho.

7 – Nas jornadas de junho, os partidos, centrais sindicais e diversos sindicatos (de orientação social-democrata e/ou conservadora), hegemonicamente identificados como esquerda, apresentaram sua concepção de classe trabalhadora que, por um lado dá status privilegiado para setores da classe que participaram do pacto governista de conciliação de classes e, por outro, nega até mesmo o reconhecimento do caráter de classe trabalhadora às massas que foram às ruas.

8 – As burocracias sindicais e partidárias, ligadas a essa esquerda integrada no sistema capitalista, a partir de suas caracterizações equivocadas sobre a estrutura de classes, agiram para reforçar a fragmentação da classe trabalhadora, segmentan-

do e isolando categorias e militantes. Assim como o preconceito contra o lumpemproletariado impediu que amplos setores da classe fossem consideradas como sujeito no passado, hoje um preconceito similar é usado contra a juventude e classe trabalhadora marginalizada. Tal concepção tem por base a extrema fragmentação da classe trabalhadora, gerada pelo neoliberalismo e pela fase ultra monopolista do capitalismo e produz uma segunda marginalização.

9 – Essa posição dos socialdemocratas e conservadores reforça as discriminações estruturais usadas pelo capitalismo para impedir o desenvolvimento da consciência e unidade de classe. Dentre os fatores principais que impulsionam a fragmentação de nossa classe estão as opressões transversais, como machismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo e LGBTTfobia. O que se expressa estatisticamente na condição mais precarizada de mulheres, negros e homossexuais no mercado de trabalho, fazendo com que sejam vítimas prioritárias de assédio moral e outras formas de violência. As próprias burocracias sindicais e estudantis reproduzem essas formas de discriminação, por isso devem ser combatidas no interior das diversas organizações da classe trabalhadora.

10 – Marginalizados pelo sistema capitalista, marginalizados pela organização de representação socialdemocrata e conservadora (estatal e societária), só resta a estas massas uma única alternativa: romper com essas organizações e sua concepção. É nesse sentido que o ENOPES reconhece o proletariado marginal como um sujeito político, como fração da classe trabalhadora, e traça uma política para aprofundar a luta contra as opressões transversais na perspectiva de classe e ter uma política que combata a superexploração capitalista e as formas de discriminação que a realizam.

11 – Essas opressões que levam a precarização da vida estão expressas nas demandas das massas. Todas as principais reivindicações das massas durante o levante popular de junho, durante as greves combativas como a dos profissionais de educação (do Rio de Janeiro e de Fortaleza) são de natureza coletivista e antidiscriminatória. Palavras de ordem como “da copa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação” sintetizam essa vontade de lutar contra a precarização da vida.

12 – É por isso que os megaeventos e grandes obras de desenvolvimento e o processo de precarização tornam-se o principal foco da luta de classes no próximo período. As grandes obras (construção de rodovias, reformas urbanas, vias, hidrelétricas, estádios e etc.) vitimaram principalmente essa parcela precarizada da classe trabalhadora, do campo e da cidade, o que coloca num antagonismo direto com o Estado e o regime de acumulação capitalista. Obras como a de Belo Monte, a Reforma do Maracanã e diversas reformas urbanas deixaram milhões de desabrigados e exigem a eliminação de direitos coletivos.

13 – Neste contexto renova-se a importância da questão agrária e ambiental, tema central da luta anticapitalista, que foi secundarizada ou mesmo abandonada pelas centrais sindicais e movimentos

sociais, que não conseguiram trabalhar efetivamente a união das lutas do campo e da cidade.

14 – O agronegócio e a expansão do capitalismo no campo é uma atividade estratégica na atual conjuntura para o modo de acumulação capitalista no Brasil e do Imperialismo, sendo por isso estratégica a desestabilização do poder do capital e suas formas de opressão; esse processo de expansão se manifesta atualmente na luta pela terra e controle dos recursos naturais e tende a intensificar os conflitos no campo.

15 – É preciso ter consciência que a luta pela reforma agrária foi pautada numa visão equivocada dos camponeses, trabalhadores rurais e povos indígenas, que eram considerados como pequena burguesia e apegados a “propriedade familiar e comunal/primitiva”, definindo assim como principal pauta a ideia de que a luta pela terra era reduzida e equivalente a luta pela “propriedade”. Por isso é preciso romper com os termos tradicionais da luta pela “reforma agrária” que espera resolver a questão agrária e ambiental através do Estado, criando uma massa de pequenos proprietários rurais de tipo capitalista. A estagnação da luta no campo nos últimos 10 anos foi o resultado da espera pelo Estado, para que o Estado realizasse a reforma agrária. Não fez, não fará.

16 – O camponês, o indígena e o quilombola são sob quase todas as circunstâncias membros da fração de assalariados rurais precarizados. Além disso, as formas de propriedade e exploração no campo são complexas e variadas, de forma que não podemos confundir as formas camponesas e étnicas com a propriedade privada capitalista. Não podemos então incorrer numa simplificação dessas formas nem no erro de considerá-los numa condição que não corresponde a sua situação objetiva e subjetiva. Os camponeses e trabalhadores rurais são também categorias superexploradas pelo capital e nesse sentido é uma tarefa essencial a organização e luta no campo e articulação campo-cidade.

17 – De norte a sul do país, camponeses, indígenas, a população pobre das periferias e centros urbanos sofrem com o abuso de autoridade, a expropriação e a precariedade. A força nacional de segurança, a polícia militar, paramilitares e empresas privadas impõe um regime de terror e extermínio. Ao mesmo tempo diversas formas de resistência surgem de forma descentralizada e autônoma, constituindo a matéria prima para a construção de um movimento de massas de tipo sindicalista revolucionário.

18 – Ao mesmo tempo, este movimento se constitui ante um Estado de Exceção que avança aceleradamente, através da criminalização e da militarização. O Estado burguês, gerenciado pelo PT/PCdoB e com o apoio da sua burocracia sindical está assim realizando uma grande ofensiva contra os trabalhadores e o povo, ofensiva esta que só pode ser detida pela contraofensiva de classe e pela auto-organização dos trabalhadores. Nesse sentido, não podemos ter ilusões, o movimento de massas irá enfrentar uma Tirania sob o manto da democracia burguesa.

Construir a Greve Geral pela Base: avançar na luta no ano de 2014

19 – Tomando por base a caracterização da situação política no Brasil e no Mundo, apontamos que todas as condições estão dadas para que os métodos de luta e organização do sindicalismo revolucionário sejam postos em uso. Esses métodos são a greve geral, a ação direta de classe no local de trabalho e as manifestações de rua que visam paralisar o processo de circulação de força de trabalho e mercadorias.

20 – Mas não tenhamos ilusões. Em 2013 as centrais sindicais simularam um chamado a greve geral para esvaziá-la. O dia 11 de julho foi o ato de sabotagem máximo das centrais sindicais as bases em luta. Nesse sentido, é preciso que os trabalhadores tomem o poder sobre sua luta e forma de organização. E certamente essas centrais e suas direções tentarão por todos os meios sabotar e impedir a Greve Geral, de forma que a luta de tendências no movimento, entre a tendência social-democrata e tendência conservadora, aliadas estratégicas na defesa do sistema, irão combater por todos os meios a tendência classista e internacionalista e sua forma embrionária, a ação espontânea das massas.

21 – Em primeiro lugar devemos destacar que o levante popular de 2013 foi a expressão máxima de contradições que já vinham se acumulando. Entre 2008 e 2012 o número de greves e o caráter das mesmas se transformaram. Em 2008 ocorreram 411 greves no Brasil; em 2012, 873 greves. Mas não se trata apenas da dimensão quantitativa. Trata-se da dimensão qualitativa. As greves avançaram contra a burocracia sindical e contra a precarização, principal traço do regime de acumulação ultra monopolista.

22 – Os protestos contra a Copa das Confederações e a luta por Transporte explicitam a contradição com a política desenvolvimentista (expressa nos megaeventos e grandes obras) e que tendem a se acentuar em 2014. Todos esses fatores somados criam as condições para uma greve geral, massificando ainda mais os métodos de luta surgidos nas jornadas de junho e os colocando num patamar qualitativo superior.

23 – Por isso as organizações e militantes reunidos no ENOPES deliberaram que o foco da sua linha política será construir uma Greve Geral pela Base, que confronte as centrais sindicais e sindicatos pelegos, para o ano de 2014.

24 – Iremos realizar o trabalho de propaganda, agitação e organização de uma greve geral em 2014 construída pela base, que sintetize as principais reivindicações das massas (transporte, educação, terra, melhores salários, levantar como bandeira “Não ao extermínio nas favelas!”) e sua palavra de ordem: “Não Vai ter Copa”. A Greve Geral deve ser construída não através das centrais sindicais e organizações que capitularam, mas a partir da base.

25 – Essa Greve Geral deve mobilizar os seto-

res marginalizados e precarizados, tanto programaticamente quanto nas ações de massa. Nesse sentido, as oposições de base devem fomentar formas de organização unificadas no local de trabalho para negar a fragmentação da classe e o sindicalismo de Estado, incorporando terceirizados e precarizados no movimento. Organizar formações de autodefesa popular como parte dessas mobilizações e promover o combate à criminalização. A Greve Geral deve ser combinada com as táticas de ação direta.

26 – A Greve Geral é uma greve que paralisa todos os principais setores da economia, produção e circulação e leva a organização para o local de trabalho. Não é apenas uma superposição de greves de empresa. As formas de coordenação das diferentes greves surgirão de acordo com a necessidade através da federalização dos comitês e comandos de greve. Isso implica em combater o legalismo, recusando sempre que possível os tramites legais e tutela do Estado para realização de greves e lutas (aviso prévio, porcentagem das paralisações, etc.).

27 – Essa linha política será refletida nas políticas e lutas setoriais que deverão acumular para a construção da Greve Geral. Cada oposição setorial deverá levar para os respectivos fóruns das categorias a construção de greves unificadas com todo o poder às assembleias e delegados de base, como forma de combate maior à burocracia.

Política Sindical e Estudantil

28 – O ENOPES, ao avaliar a capacidade de ação do Fórum de Oposição pela Base (FOB), indicou para o mesmo a intensificação da política de oposição no movimento estudantil e sindical, nos setores em que já existem oposições constituídas. Essa política terá como eixo a construção das greves unificadas setoriais que possam confluir para o processo de greve geral. Nesse sentido, o trabalho de fortalecimento da Rede Estudantil Classista e Combativa, da Oposição Resistência Classista, Aliança Classista Sindical passará por ações dentro das categorias.

29 – É essencial nesse sentido romper com a forma organizativa das greves pelegas. Greves de empresa e corporativistas devem dar lugar a greves unificadas e intercategorias. Para isso o ENOPES delibera pela a construção de assembleias interseoriais por locais de estudo/trabalho/moradia como foco da política de oposição à burocracia sindical. A luta contra a burocracia sindical deve se expressar organicamente, na natureza da greve, que deve ser comandada pelos trabalhadores em luta.

30 – Ao mesmo tempo, os Comandos de Greve devem ser dirigidos pela base. Todo poder deve pertencer às assembleias e delegados de base para dirigir a luta. O Comando de Greve, Comitê de Greve, deve substituir a direção do sindicato durante a greve e deve criar comitês em cada empresa, fábrica e local de trabalho através de delegados de base com

mandatos imperativos e revogáveis. Esta é a condição para uma greve geral construída pela base.

31 – Nesse sentido a política de oposição será expressa na proposta de construção de uma greve estudantil, de uma greve dos servidores públicos federais e de uma greve nacional da rede de educação municipal e estadual para o ano de 2014. Essas greves são concebidas como parte do processo de construção da Greve Geral pela base e da luta contra a burocracia sindical.

32 – O movimento operário encontra-se sob a tutela do Estado burguês e sob a hegemonia das direções socialdemocratas e conservadoras. É uma tarefa essencial romper essa situação, através da intensificação da criação de oposições operárias que possam romper com a burocracia sindical pela base. As jornadas de junho aumentaram o moral e a autoconfiança da classe trabalhadora, com reflexo nas lutas de diversas categorias. É necessário compreender corretamente os limites da atuação enquanto direção sindical, compreendendo a estrutura sindical baseada na fórmula do sindicalismo de Estado, que envolve as direções na burocracia e pressiona para uma atuação sempre nos marcos do legalismo.

31 – Esse legalismo e tutela se expressa na ação grevista. As greves de empresa são a maior expressão dessa tutela, pois impedem o avanço da luta de classes no movimento operário. Por isso, é fundamental levar adiante a participação do movimento operário na construção da Greve Geral. O ENOPES deliberou que o FOB irá construir um GT de Política Operária para reunir operários e sindicalistas e organizar nacionalmente uma discussão para construção das organizações e oposições de base no movimento operário. Esse grupo irá realizar o trabalho de agitação e propaganda em favor da Greve Geral.

32 – No mesmo sentido, o balanço das lutas dos profissionais da educação mostrou que tal setor, ultra precarizado, enfrentou a traição sistemática nas greves como no Ceará, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por isso, o ENOPES deliberou pela nacionalização da oposição trabalhadores da educação (abrangendo os trabalhadores da educação pública municipal e estadual e da rede privada), de maneira a avançar na luta neste ramo, através da criação de um GT de Trabalhadores da Educação (estadual, municipal e privada) para realizar tal construção.

33 – Da mesma forma, as oposições sindicais irão criar em todos os ramos e setores de atuação formas organizativas nos locais de trabalho capazes de incorporar terceirizados no processo de mobilização e de luta. A mobilização dos trabalhadores terceirizados será priorizada, exatamente para dar um caráter orgânico para a luta dos setores precarizados.

34 – A luta contra o sindicalismo de Estado, sua estrutura (imposto sindical, unicidade sindical, carta sindical, etc.) e sua ideologia (legalismo, corporativismo), é tarefa fundamental para a construção do sindicalismo revolucionário. Essa luta se dá por fora e por dentro das entidades sindicais de base, com-

preendendo o papel central das oposições sindicais na ruptura com o sindicalismo de Estado.

35 – As forças de repressão não são parte constitutiva da classe trabalhadora, pois integram a estrutura do aparato repressivo do Estado burguês, responsável pela defesa da propriedade privada, pela repressão às greves e manifestações populares, pelo genocídio nas favelas e periferias urbanas, pelas chacinas no campo. A sua atividade de repressão suplanta qualquer possibilidade de associação política ao movimento dos trabalhadores. O apoio às greves dos setores do aparato repressivo denunciam o caráter contrarrevolucionário do sindicalismo conservador e socialdemocrata. Tal apoio não só reforça o sindicalismo de Estado, mas também torna o sindicalismo conservador e socialdemocrata cúmplices da repressão burguesa.

Política de Construção das Lutas socioambientais e agrárias (Camponesas, Indígenas, Quilombolas)

36 – As lutas agrárias e socioambientais estão estagnadas há mais de uma década, na expectativa de que o governo fizesse a reforma agrária e demarcasse terras. Essa ilusão se desfaz através da ofensiva do capitalismo no campo. Por isso é preciso colocar o foco não na demanda por reforma agrária, mas na ação direta por terra e liberdade como marco fundamental da política do FOB, significando isso a luta pela ocupação e posse efetiva da terra e contra a criminalização, repressão e violência no campo (com a retirada da Força Nacional do interior e sua extinção).

37 – Nesse sentido, a ação direta por terra e liberdade considera que os camponeses e povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais podem e devem fazer a luta pela terra como parte da luta pela autonomia produtiva e gestão direta dos meios de produção e nos marcos da negação da mercantilização da terra e da vida.

38 – É preciso também criticar e denunciar, na esfera ambiental, o preservacionismo liberal, ecocapitalismo e economia verde que implicam na tutela e subordinação de camponeses e povos tradicionais, expropriados do direito de usufruto de terras e territórios, em favor da propriedade estatal e parecerias com empresas privadas que se beneficiam desses mecanismos.

39 – Também iremos lutar pelos direitos trabalhistas e reajustes salariais dos trabalhadores rurais, como pauta estratégica da construção da Greve Geral. É preciso parar a produção as agroindústrias, vetor da superexploração.

40 – Para encaminhar essa política, será criado no âmbito do FOB um GT de Lutas Socioambientais e Rurais, para organizar a intervenção nas lutas de camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas,

povos da floresta e etc. e levar uma proposta organizativa que rompa com o governismo e fragmentação das lutas agrárias e socioambientais. Será tarefa desse GT construir uma política para o tema dos direitos dos animais como parte das lutas socioambientais; e uma política para aprofundar a participação da mulher trabalhadora rural nos espaços organizativos do movimento social, combatendo os traços de patriarcalismo que permeia a organização sindical e do movimento social e a violência de gênero dentro das relações de trabalho.

41 – GT de Lutas Socioambientais e Rurais também se dedicará aos debates sobre a educação no campo e a educação indígena. E também os debates sobre as cooperativas (consumo e produção), no campo e na cidade, a fim de fundamentar a intervenção social contra a fome e aprofundar a crítica ao atual modelo alimentar.

Políticas para o Movimento Popular e setores marginalizados

42 – O capitalismo transforma o solo urbano em mercadoria e as reformas urbanas são historicamente violentas e segregacionistas, determinadas pelo mercado imobiliário, sendo o acesso e o direito à cidade, à infraestrutura e aos equipamentos urbanos determinados pelo interesse do capital. Os megaprojetos e o processo de privatização dos espaços urbanos significam numa nova ofensiva do capital sobre as cidades que acentuam esta tendência. Essa ofensiva ao mesmo tempo incide sobre o proletariado marginal, que sem condições de organização no local de trabalho, sendo superexplorado no processo de produção, também é sacrificado no processo de circulação e acesso à cidade.

43 – Por isso é necessário uma ferramenta de luta que agregue e intervenha sobre estas questões; por isso o FOB irá fomentar a criação dos Comitês de Cultura e Luta (CCL) como uma das políticas do FOB para organização dos setores marginalizados e para intervir nas lutas urbanas.

44 – O CCL será uma organização por local de moradia (bairro proletários, periferias e favelas) para contribuir com a organização das trabalhadoras e trabalhadores precarizados (subempregados, desempregados, superexplorados em estabelecimentos pequenos e fragmentários, trabalhadores domésticos, camelôs e ambulantes, etc.) com as tarefas de desenvolver atividades culturais que estimulem a luta e a resistência, organizar a ação direta e a auto-defesa e disseminar uma cultura de resistência.

45 – O CCL também poderá se converter em alternativa às direções populares de bairros comprometidas com o governismo, com o clientelismo, com as forças paramilitares e com o Capital. Ele deverá organizar a luta por equipamento e direito coletivo (infraestrutura urbana, saúde, educação e direitos humanos) e a luta coletiva.

46 – As lutas urbanas colocam o desafio de construir pautas que mobilizem de maneira unificada o conjunto da classe trabalhadora, os trabalhadores precarizados e superexplorados, incluindo a população em situação de rua.

Políticas Antidiscriminatórias, de Mídia e Combate à Criminalização.

47 – A discriminação sexual, geracional, de gênero e étnico-racial continua a ser um dos fatores fundamentais da superexploração e dominação capitalista e é preciso aprofundar dentro das organizações tanto a discussão política do seu lugar quanto medidas práticas para combater essas formas de discriminação.

48 – A discriminação se cruza e é acentuada pela criminalização, que recai historicamente sobre negros, jovens, pobres, moradores de periferia, camponeses, indígenas e militantes classistas. As respostas dadas pela tendência social-democrata no Brasil sempre foram negar o lugar das discriminações ou resolver através de medidas legalistas. O resultado foi o incremento e extensão da repressão para os setores marginalizados da classe trabalhadora, que operam também através do assédio moral e perseguição política (armas do Estado e da burocracia sindical), realizados através de boatos e calúnias difundidas pelos meios de comunicação para impedir o avanço da luta dos trabalhadores.

49 – Nesse sentido, o cenário nacional mostra uma escalada de violência, discriminação e criminalização e perseguições administrativas que marcam a necessidade de uma linha política adequada a essa situação nacional.

50 – O surgimento das mídias alternativas no levante popular foi um dos principais elementos da nova conjuntura. Mas é preciso dizer que nenhuma mídia é neutra, e que a mídia anti-hegemônica não pode se restringir à denúncia da repressão. Por isso o ENOPES deliberou pela construção uma Rede de Mídia Classista no âmbito do FOB. A R.M.C. não irá se pautar somente na denúncia das ações policiais e repressão, mas também na defesa da luta popular transformando estes casos em exemplos a serem seguidos em outras localidades. Este veículo de comunicação é apenas um meio para que as formas de luta combativa possam se divulgar e se estender por todo o Brasil. O objetivo desta é divulgar análises dos acontecimentos, travando a luta ideológica contra a criminalização e discriminação e apresentando posições de um ponto de vista classista. A R.M.C. não apenas divulgará, mas fará análises das lutas, sendo formadora/informadora. Irá promover oficinas para qualificar a produção dos materiais de divulgação (filmes, textos, jornais, cartazes, panfletos, etc.).

51 – Em razão da criminalização e do Estado

de Exceção que se prepara para 2014, as formas de ação devem ser adequadas às exigências da luta clandestina sob um regime de exceção, expressando-se em campanhas e formas de organização. Isso deve se refletir em campanhas de propaganda e solidariedade.

52 – O ENOPES deliberou que o FOB irá incentivar a criação de caixas de resistência e fundos de solidariedade para apoio às famílias e aos presos políticos e vítimas da repressão e do assédio. Também promoverá a criação de comitês e/ou comissões, regionais e nacional de combate ao assédio moral, à criminalização e à perseguição política de militantes e movimentos sociais, com as tarefas de: i) denunciar as burocracias sindicais e partidárias que abandonam os lutadores do povo para serem vítimas da repressão; ii) dar visibilidade aos casos de assédio moral; iii) elaborar cartilhas e outros materiais de orientações para defesa contra assédio moral e a criminalização e para a autodefesa legal e física em manifestações; iv) organizar apoio médico, psicológico, jurídico e financeiro aos manifestantes.

Plano de Lutas para 2014 e programa de reivindicações e mobilização

53 – Sendo o foco do próximo ano a construção da Greve Geral pela Base, é preciso ter um programa de reivindicações que seja capaz de unificar e mobilizar. Essas reivindicações devem ser formuladas e preparadas por meio de campanhas de propaganda e agitação que serão realizadas ao longo do ano.

54 – Os eixos do programa e das campanhas de mobilização:

Pauta de Reivindicações

1) Trabalho: Aumento Geral dos Salários; arquivamento do PL 4330 (projeto de lei que regulamenta as terceirizações para atividade fim). Fim das terceirizações e extensão dos direitos aos trabalhadores terceirizados. Redução da jornada de trabalho para 30h sem redução de salário e pelo fim do banco de horas (a fim de não reduzir o cuidado da criança a uma responsabilidade exclusivamente feminina).

2) Transporte: passe-livre irrestrito para todos os estudantes; tarifa zero nos transportes urbanos sem subsídios às empresas e investimento imediato em transportes coletivos nas principais capitais.

3) Moradia: assentamento de todas as famílias removidas em habitações populares dignas; paralisação imediata de todas as re-

moções em razão das grandes obras; indexação dos aluguéis; reconhecer o direito de posse imediato para todas as ocupações urbanas e reajuste imediato dos alugueis sociais.

4) Terra: Demarcação da Aldeia Maracanã como terra indígena; arquivamento dos PL's/ADIN de revisão das demarcações das terras indígenas e quilombolas e conclusão de todas as demarcações suspensas por processos judiciais.

5) Educação: atendimento às pautas de reivindicação de docentes das universidades e escolas federais, estaduais e municipais relativas à carreira, salário e autonomia pedagógica. Recursos Federais para a Criação da Universidade Indígena da Aldeia Maracanã.

6) Democracia: Libertação de todos os processos políticos e extinção de todos os processos criminais e administrativos; anulação da Lei Geral da Copa.

55 – Estes eixos de reivindicação visam expressar as aspirações coletivistas das massas, as demandas por terra, trabalho, educação, saúde, transporte e liberdade. Essas reivindicações devem ser objeto de um trabalho de propaganda e agitação, bem como levadas as assembleias de base como forma de aprofundar o nível de consciência e unidade de ação das massas.

56 – Como parte do plano de lutas iremos realizar campanhas que de mobilização logo no início do ano de 2014. As campanhas estarão relacionadas ao calendário de mobilização e ao programa de reivindicações econômicas, sociais e políticas. Maneira o plano de lutas ficou organizado de acordo com o seguinte calendário:

1) Campanha contra a previdência complementar e privada e parcerias público-privadas (PPPs), como exemplo o EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

2) Campanha contra a desigualdade salarial e trabalhista. “Mesmo trabalho, mesmo salário, mesmos direitos”. Campanha pelo arquivamento do PL 4330 (projeto de lei que regulamenta as terceirizações para atividade fim).

3) Campanha por “Terra e Liberdade”: exigindo a retirada da Força Nacional de Segurança do Campo e sua extinção; denunciando os assassinatos e formas de violência no campo e demarcação de terras e assentamento de famílias sem-terra; denunciar os efeitos da transposição do rio São Francisco.

4) Campanha Fora Burocracia Sindical. Denúncia sistemática de acordos de cúpula e traições das greves de 2011-2013 e das estratégias reformistas que apontam a via legalista/jurídica como forma de combate à violência contra a classe trabalhadora, realizando debates, pinturas, panfletagens, oficinas de autodefesa, etc.

5) Campanhas pelo Direito à cidade: "Tomar as cidades e fazê-las como queremos"; abertura de todas as contas das empresas de prestação de transporte público.

6) Campanhas contra a Criminalização: "Atrás da máscara está o povo"; "Somos todos Black Blocs"; "O capuz é o rosto de um povo que luta"!

7) Campanha "Boicote à Copa": não vá aos jogos, não dê audiência e não faça trabalho voluntário.

31 de Março: Ato Tema: "Ditadura Nunca Mais" (contra os 50 anos do Golpe de 1964, pela revogação da lei geral da copa e da lei de organizações criminosas e anistia para os perseguidos políticos".

17-19 de Abril: Semana de mobilização em defesa dos direitos indígenas, quilombolas, de camponeses e trabalhadores rurais, aproveitando a semana do índio e os protestos em memória das vítimas do massacre de Corumbiara. Convocar greves nas Usinas em Protesto e reivindicando o arquivamento dos PL e ADIN contra demarcação de terras indígenas.

Abril: Ato Nacional contra os Brics em Fortaleza.

1º Maio (31 de abril e 2 e maio): Greve de 48 horas com passeatas unificadas nas capitais até as assembleias legislativas.

13 de Maio: Campanha nacional de propaganda contra o racismo, denunciando a violência contra a população negra e pobre e sua situação de opressão que exige uma verdadeira abolição.

01 de Junho: data de referência para início das greves das categorias com atos contra a Copa do Mundo.

20 de Junho: Ato de comemoração do Levante Popular. Greve Geral Contra a Copa.

7 de setembro: Ato contra o militarismo.

20 de Novembro: Dia da Consciência Negra, ato e mobilizações antidiscriminatórias.

Calendário

Janeiro-Março: Organizar trabalho de propaganda e agitação, fazendo um jornal convocando a greve geral e divulgando sua pauta. Usar o carnaval e todas as grandes concentrações populares como momento de propaganda. Propaganda em portas de fábricas, rodoviárias e etc. Lançar as campanhas de agitação e propaganda.

8 de Março: Homenagem ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e ato de denúncia da violência contra a Mulher. Reivindicar a criação de creches públicas, campanha pela descriminalização e legalização do aborto (que deve ser política pública do SUS, com capacitação dos profissionais).

28 de Março: Dia Estudante: ato e campanha de propaganda, dia nacional de protesto e convocação e organização da greve estudantil.

É Barricada, Greve Geral e Ação Direta que derruba o Capital!

***Ir ao combate sem temer!
Ousar Lutar! Ousar Vencer!***

DEMOCRACIA E TIRANIA: A luta contra o Estado de Exceção e a decomposição histórica das organizações de trabalhadores

Comunicado Nº 38 da União Popular Anarquista (UNIPA)

Brasil, fevereiro de 2014.

O ano de 2014 começou sob a chama das barricadas e o sangue derramado da juventude. Inundações, acidentes ferroviários mostram as duras condições de vida impostas ao povo. A repressão no estado de São Paulo aos rolezinhos, a tentativa de homicídio contra um manifestante durante o ato contra a Copa do Mundo mostra que o Estado de Exceção, o qual denunciemos há pelo menos dois anos, avança. As normas do Ministério da Defesa aprovadas para a copa do mundo confirmam que os movimentos sociais serão considerados como inimigos militares.

É importante observar que a mídia burguesa e os setores governistas da imprensa insistem num ponto comum: a defesa da "democracia" contra a violência dos "vândalos e Black blocs". Assim, caminham lado a lado na mesma caracterização, a direita do "PSDB" e a esquerda do PT e seus aliados (PCdoB, e cada vez mais, PSTU e setores do PSOL).

Mas o que a violência nas ruas explicita? Ela explicita a real natureza do sistema político brasileiro e o processo de decomposição ideológica do reformismo, cada vez mais integrado ao sistema burguês e seus valores. São mais de 20 manifestantes mortos: 2 operários que caíram de viadutos em Minas Gerais; 5 atropelados; 4 ativistas (um no rio Grande do Sul, um no Rio de Janeiro, um em Santa Catarina e outra em São Paulo, sempre na sequência dos protestos que se apresentaram em reportagens de jornais mortos em circunstâncias extremamente estranhas com todo o indício de execução política); uma gari morta por efeito de gás lacrimogênio, um manifestante morto no Rio de Janeiro por efeito de gás lacrimogênio. Dezenas de feridos graves com bala de borracha.

Por outro lado, a mídia burguesa (imprensa de TV, rádios e jornais) insistem em denunciar os atos de vandalismo contra o sistema bancário e comercial. A vida dos manifestantes não tem nem de perto o mesmo tempo, nem o mesmo peso. O que isso quer dizer? Vejamos os dados. "O prejuízo para o Rio de Janeiro com os inúmeros atos que terminaram em vandalismo na cidade já teria passado de R\$ 1,3 bilhão desde junho, segundo cálculos do jornal O Globo (<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/vandalismo-ja-teria-causado-prejuizo-de-r-1-3-bilhao-no-rio>). A conta inclui a depredação de patrimônio público assim como privado, além do fechamento antecipado do comércio e adicional pago a policiais". Em Porto Alegre "Desde o início das mobilizações populares, um grupo de vândalos tem sido responsável por ataques a prédios públicos e privados, agências bancárias e estabelecimentos comerciais na região central da Capital. Conforme o Sindilojas, além das

perdas de cerca de R\$ 2 milhões aos comerciantes, há estimativa de queda de 60% no faturamento, já que as lojas são obrigadas a fechar mais cedo em dias de manifestações". Os protestos afetam a acumulação de capital e o direito de propriedade. Os dois pilares do sistema capitalista. Aqui reside o X da questão.

O que isso quer dizer? A campanha contra o vandalismo não é uma campanha contra a violência. É uma campanha a favor do direito absoluto da propriedade privada e da acumulação de capital. A campanha do PT e mesmo a do PSTU, que tenta enfeitar seus argumentos usando as falácias socialdemocratas sobre níveis de consciência, apenas sinaliza isso: as organizações partidárias e sindicais, na sua direção política, estão tão integradas ao sistema político que naturalizam o discurso burguês e proprietário. Essa integração mostra que essas organizações cumprirão de forma cada vez mais clara o papel de quinta roda da reação burguesa.

Mas por que? Aqui é preciso ter um componente de teoria. Segundo Proudhon "Todo governo oscila do despotismo a demagogia e da demagogia ao despotismo". Essa frase resume bem as ideias anarquistas sobre o Brasil. Proudhon acreditava que os sistemas políticos se edificavam sobre princípios distintos, alguns sobre o princípio da autoridade (como as monarquistas ou ditaduras) e outros liberais (como a monarquia constitucional e a republica). Mas apesar disso, no sistema capitalista, o monopólio e lei de concentração de capitais faria sempre que os governos edificados sobre o princípio liberal e democrático caminhassem para formas autoritárias. É aqui que chegamos ao ponto fundamental sobre o sistema político no Brasil.

O Brasil tem na realidade uma dualidade interna. Temos uma dualidade de sistemas políticos, que operam simultaneamente e se complementam, mas ao mesmo tempo se excluem. Um sistema político formal, liberal e republicano, que agrupa o poder das instituições representativas (partidos, sindicatos, associações civis) e os poderes (judiciário, executivo e legislativo). Esse sistema é, entretanto, restrito em termos de classe e origem étnico-racial. É um sistema que existe para minorias, mas que engloba e coopta parcelas significativas de trabalhadores e oprimidos na sua engrenagem. Ele existe especialmente como sistema de competição partidária para o poder executivo e legislativo.

Mas articuladamente a esse sistema político, existe um sistema político informal, em que o uso da força policial e militar e a existência de organizações estatais clandestinas com autorização para execuções sumárias opera. É um sistema em que o poder absoluto dos chefes existe, em que ele pode mandar e desmandar. Esse sistema político é o que alcança a grande massa da população, através da força policial, mas também do abuso de poder dos funcionários de Estado, vereadores, deputados, chefes de empresas e órgãos públicos, que monopolizam recursos públicos (através da corrupção) e violam direitos básicos.

Essa dualidade do sistema político é uma das chaves das contradições de classes no Brasil. De um lado um regime liberal, que permite a integração de partidos e organizações da sociedade civil em instituições democráticas; de outro lado, um regime autoritário, que existe especialmente no nível infra-institucional (dentro dos órgãos de Estado, nas relações Estado-sociedade mais cotidianas, fora das eleições executivas e legislativas) e policial.

É fundamental entender essa contradição. Pois não é uma ditadura, em que os grupos no poder monopolizam de forma exclusiva os cargos de Estado. É um sistema que permite a circulação das elites dirigentes. Ao mesmo tempo, permite que setores do proletariado obtenham vantagens econômicas e políticas corporativas e partidárias. A eficácia desse sistema está em conciliar a vantagem da repressão de uma ditadura com a aura competitiva e de legitimidade de uma democracia burguesa.

Essa fórmula dispensa o recurso ao golpe de Estado, à ditadura, porque mantém ao mesmo tempo a democracia tutelada pelo aparato policial-militar que garante a acumulação de capital. Mas ela só faz isso graças ao compromisso das organizações representativas em não fazer formas de luta que comprometam esta acumulação. Por isso o PT desmobiliza as greves e condena as manifestações radicalizadas. Para que eles possam fazer parte dessa "democracia", precisam impedir que as lutas populares comprometam a acumulação de capital.

Os defensores da democracia e da república abstrata ignoram a existência dessa dualidade. Eles consideram a existência de uma "democracia ideal" e não veem a violência estrutural, manifesta na violência contra os manifestantes, mas principalmente na repressão e despotismo diário que atinge as massas no seu trabalho, nas ruas, no transporte, no seu espaço de lazer.

Por isso, os defensores dessa democracia são os defensores da tirania. Oscilam entre a demagogia de se colocar como representantes do povo, das liberdades democráticas, mas tem compromissos com o despotismo cruel que mata na favela, que mata no campo e nas aldeias, que mata nas ruas e nas grandes manifestações de massa. Falam da ameaça fascista, mas o fascismo é apenas a tirania com apoio de massas. A ameaça fascista está dentro do PT, e quanto mais a massa se afasta dos governistas, mais se afasta do fascismo e caminha em direção ao socialismo.

Por isso, os militantes revolucionários sabem que, ao comprometer a acumulação de capital e o direito de propriedade, serão submetidos a máquina repressiva de extermínio. Por isso mais que o Black Bloc, a máscara que cobre o rosto representa um povo que luta e que sabe instintivamente que enfrenta este sistema político marcado pela contradição. Combater esse sistema é apoiar o povo. Atacar o povo, é defender o sistema. E cada vez mais o marxismo reformista se afunda na defesa do sistema, se torna um "republicanismo" e abandona a causa do povo.

Anarquismo é Luta!

Pelo fim da PM!

Justiça para as Vítimas da Brutalidade Policial!

Construir a Greve Geral!

Não Vai Ter Copa!

Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil

Publicado em 11/08/2014

Por Giovanni Alves.

Na era do neodesenvolvimentismo (2003-2013), sob os governos Lula e Dilma, aumentaram as modalidades flexíveis de contratação laboral no Brasil. Na década de 2000, sob o choque de capitalismo, disseminaram-se novas formas atípicas de contratação salarial como, por exemplo, o contrato por prazo determinado, contrato por prazo parcial, suspensão de contrato; e principalmente, as relações de emprego disfarçada tais como contratação como pessoa jurídica (PJ), cooperativas de contratação de trabalho, trabalho-estágio, autônomos, trabalho em domicílio, teletrabalho e a terceirização. Interessa-nos tratar aqui da *terceirização*, que se manifesta de múltiplas formas, incluindo, por exemplo, algumas dessas formas de contratação atípicas (subcontratação por meio de agência de emprego, a PJ, o autônomo proletarizado, o trabalho em domicílio e a cooperativa para empresa). Entretanto, a terceirização não se reduz a elas, tendo em vista que abarca todo o *processo de externalização de atividades para outras empresas ou pessoas*.

A partir da década de 1990, a terceirização se constituiu na principal forma de flexibilização da contratação no Brasil. Desde que passou a ser admitida em atividades-meio de acordo com o Enunciado 363 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), a terceirização tornou-se a forma mais evidente de flexibilização da legislação trabalhista. Na década de 1990, as políticas neoliberais promoveram *areestruturação* do capitalismo no Brasil, com impactos disruptivos no mundo do trabalho, principalmente com o crescimento abrupto do desemprego aberto nas metrópoles brasileiras. Na década de 2000, com o neodesenvolvimentismo, ocorreu a *reorganização* do capitalismo brasileiro na base da acumulação flexível. Constituiu-se efetivamente o que denominei de “toyotismo sistêmico” (vide o livro *O novo (e precário)*

mundo do trabalho). Na verdade, apesar da queda do desemprego aberto, a partir de 2003, ampliou-se a mancha de precariedade laboral. O “choque de capitalismo” promovido pelos governos Lula e Dilma contribuiu para a expansão da lógica do capital no plano da produção e reprodução social. Incapazes (ou indispostos) de romper o cerco do Estado neoliberal, os governos neodesenvolvimentistas (2003-2014) adequaram-se, em nome da governabilidade, à lógica do capitalismo flexível. Um dos traços *dolulismo* foi não confrontar o capital, buscando, deste modo, garantir os investimentos necessários para o crescimento da economia brasileira. Por isso, apesar do aumento do gasto público com as políticas sociais de transferência de renda (Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, etc) e a política de valorização do salário mínimo, que contribuíram para a redistribuição de renda e a diminuição da desigualdade social no Brasil, manteve-se e incrementou-se na era do neodesenvolvimentismo a nova dinâmica de acumulação capitalista baseada na acumulação flexível.

A expansão da terceirização na década do neodesenvolvimentismo é o traço candente (e irremediável) da nova ofensiva do capital na produção nas condições históricas do capitalismo flexível. Nesse período, instaurou-se o que denominamos de “nova precariedade salarial” no País, o novo modo de organizar o processo de trabalho e a produção do capital a partir da lógica do trabalho flexível, sendo ela caracterizada pela adoção das novas tecnologias informacionais, gestão toyotista e relações de trabalho flexíveis (contrato salarial, jornada de trabalho e remuneração flexível). É claro que a terceirização *não* é um fenômeno novo na produção capitalista). Entretanto, dentro do contexto da nova ofensiva do capital na produção, com a vigência do

capitalismo flexível, a terceirização tornou-se moda da administração empresarial, sendo importante elemento compositivo da nova precariedade salarial e das novas formas de gestão da produção capitalista inspirada no toyotismo. Foi a “nova precariedade salarial” que deu novas roupagens à terceirização. A “nova precariedade salarial” – e com ela, a terceirização – disseminou-se, não apenas pelo setor privado – indústria, comércio e serviços – mas também pelo setor público, incluindo a administração pública, alterando não apenas a morfologia social do trabalho, mas o sociometabolismo laboral no Brasil. A “nova precariedade salarial” constituiu novas dimensões da precarização do trabalho, como, por exemplo, o que denominamos “precarização do homem-trabalha”, que se manifesta, por exemplo, pelo aumento dos casos de adoecimento laboral nos locais de trabalho reestruturados.

A terceirização, como elemento compositivo da “nova precariedade salarial” no plano da contratação salarial flexível, se manifestou de forma bastante distinta em diversos segmentos econômicos: desde a subcontratação de uma rede de fornecedores com produção independente, passando pela contratação de empresas especializadas de prestação de serviços de apoio e pela alocação de trabalho temporário via agência de emprego; até a contratação de pessoa jurídica ou do autônomo nas áreas produtivas e essenciais da empresa; o trabalho domiciliar (que na maioria das vezes é informal); a organização de cooperativas de trabalho, o deslocamento de parte da produção ou setores para ex-empregados etc.

Deve-se observar ainda que o fenômeno da terceirização tornou-se tão complexo que se estabeleceu a “terceirização da terceirização”, onde a empresa terceirizada sub-contrata parte do processo para outras empresas; e em alguns casos há o processo chamado de “quarteirização”, que refere-se: ora à empresa intermediadora, aquela que se coloca entre a “empresa-mãe” e a empresa terceirizada, ou seja, aquela que gerencia os contratos com as prestadoras de serviços; ora

trata de um desdobramento da terceirização, representada pelo momento em que a prestadora de serviços contratada pela “empresa-mãe” repassa para outra empresa, “cooperativa de trabalho” (trabalhadores “autônomos”) ou prestador de serviços individual (Pessoa Jurídica- PJ), as atividades a serem realizadas.

A terceirização aparece também como relação de *emprego triangular*, isto é, a locação de mão-de-obra por meio de empresa aluguel. Nesse caso, o contrato temporário é prestado por meio de empresa interposta (fornecedora de mão-de-obra, geralmente via agência de emprego), que seleciona e remunera trabalhadores com a finalidade de prestar serviços provisórios junto a empresas clientes. Por isso, estabelece uma relação triangular, em que o local de trabalho não tem relação direta com o empregador, mas com a agência de emprego. Teoricamente, o contrato temporário, que pode ser de até 6 meses, seria uma prestação de serviços para atender necessidade transitória de substituição de pessoal ou permanência da situação que gerou aumento de serviço e conseqüente realização de contrato temporário. Mas, na prática, existem hoje milhares de empresas no Brasil que sublocam força de trabalho por meio de contratos temporários e trabalho-estágio. Elas têm, um cadastro informatizado que permite mover os trabalhadores de uma tarefa ou empresa para outra, sem que estes estabeleçam qualquer vínculo de relações profissionais ou sociabilidade com o local em que executam a atividade. Os trabalhadores são simplesmente empurrados de um casulo de atividades para outro e perdem aos poucos todo o interesse pelo ambiente em que efetivamente atuam. Seu vínculo é apenas com o cadastro da empresa de aluguel. Nesse caso, a terceirização reforça a corrosão da relação entre o trabalhador e a sua atividade profissional, que se torna cada vez mais diluída, fazendo com que a sua identidade com o trabalho fique secundarizada, o que dificulta a formação do caráter do trabalho. Finalmente, uma outra questão é que a relação triangular permite às empresas estabelecerem uma estratégia de preservar os

trabalhadores mais qualificados e realizarem um *umturn over* nos com menor qualificação, pagando-lhes menor salário e menos benefícios.

As empresas são motivadas a terceirizar *não* devido à especialização técnica, busca do crescimento da produtividade, desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, ou maior tecnologia; ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção, mas sim, visando a otimização dos seus lucros, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Por isso, terceirização no Brasil implica desrespeito dos direitos dos trabalhadores, criando, deste modo, uma clivagem no mundo do trabalho formal, com o surgimento da figura do “cidadão de segunda classe”, vivendo com uma espada de Damôcles, à merce dos golpes das empresas, que fecham do dia para a noite, e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados e às altas e extenuantes jornadas de trabalho.

Portanto, as empresas terceirizadas abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. Esse “abrigo” não tem caráter social, mas é justamente porque esses trabalhadores se encontram em situação mais desfavorável, e por falta de opção, submetem-se a esse emprego.

Entretanto, não podemos esquecer que as *empresas terceiras* são produtos do modo de organização da *grande empresa capitalista*, verdadeiros demiurgos da terceirização. Perguntemos: por que a grande empresa capitalista – como a Petrobrás, por exemplo – terceiriza para uma empresa terceira os serviços necessários à produção de suas atividades? Este é “x” da questão. No caso do Brasil, a *grande empresa capitalista*, imersa na voraz concorrência do mercado global, incorpora, por um lado, a lógica organizacional da *empresa-rede* e o espírito do toyotismo, a ideologia orgânica da produção do capital nas condições do capitalismo global (vide o meu

livro *Trabalho e subjetividade*); e por outro lado, assume como modo cultural de consumo da força de trabalho no Brasil, *asuperexploração da força de trabalho*, traço ontogenético do *ethos* capitalismo no Brasil, – articulando o *historicamente novo* (novas tecnologias e modernos métodos de gestão) e o *historicamente arcaico* (relações de trabalho espúrias com rebaixamento de salário e espoliação de benefícios trabalhistas).

Portanto, a externalização das atividades para empresas ou pessoas – a terceirização – representa a afirmação da lógica organizacional da *empresa-rede*, a grande empresa capitalista nas condições históricas do capitalismo global. *A empresa terceira* gera trabalho precário; e pior, com jornadas maiores e ritmo de trabalho exaustivo. A intensificação do trabalho, observada nas empresas privadas e públicas na década de 2000, decorre dos *novos métodos de gestão acoplado às novas tecnologias informacionais*, um dos traços candentes da “nova precariedade salarial” sob o espírito do toyotismo, sendo também traço compositivo da *síndrome da superexploração da força de trabalho* no Brasil. Sob pressão da grande empresa capitalista, a empresa terceira incorpora os novos métodos de gestão toyotista, reduzindo, deste modo, postos de trabalho, e produzindo, mais com menos pessoal.

Deste modo, combater a terceirização no Brasil significa combater a lógica organizacional do *capitalismo em rede*. No caso do setor privado, a *rede funciona como circuito de valorização* operando a transferência de valor das empresas terceiras para a grande empresa tomadora. No caso do setor público, quando a União, Estados e municípios terceirizam suas atividades para empresas e pessoas, a *rede funciona como veículo de contenção do gasto público* nas condições históricas do capitalismo predominantemente financeirizado e do Estado neoliberal (na era do neoliberalismo, União, Estados e municípios encontram-se constringidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal sob a espada de Damôcles da dívida pública).

Portanto, tanto a *rede como circuito de transferência de valor da empresa terceira para a grande empresa*; quanto a *rede como contenção do gasto público*, articulam o regime de acumulação flexível com o regime de acumulação por espoliação. Deste modo, temos, por um lado, a predação de direitos dos trabalhadores e benefícios trabalhistas; e por outro lado, a corrupção da coisa pública que prolifera nos contratos de terceirização do setor público no Brasil. No limite, a sociedade em rede, organizada em torno da grande empresa (pública e privada), externaliza suas atividades para empresas e pessoas, aumentando os custos para a sociedade – não apenas devido a espoliação de direitos e benefícios trabalhistas, empobrecendo trabalhadores e reforçando a concentração de renda no País; e com o desvio de dinheiro do fundo público, as fraudes em licitações, evasão fiscal, focos de corrupção, aumento das demandas trabalhistas e previdenciárias, entre outros custos como a tão propagada competitividade, mas com a perda da qualidade de serviços e produtos,

Pouco mais que $\frac{1}{4}$ do mercado de trabalho formal no Brasil está terceirizado. Segundos dados do DIEESE, os trabalhadores terceirizados no Brasil perfazem hoje cerca de 25,5% do mercado formal de trabalho. Entretanto, deve-se salientar que esse número está subestimado, tendo em vista que, parte considerável dos trabalhadores terceiros estão alocados na informalidade – além disso, não estão contidos os setores da agricultura. Portanto, a mancha da precariedade salarial é imensa.

*

A terceirização contribui para a persistência da informalidade. O processo de terceirização baseado na redução de custos fortalece as relações de trabalho mais heterogêneas, incluindo o trabalho por conta própria sem proteção social e a contratação de trabalhadores sem registro como forma de obter competitividade para sobreviver no mercado.

Os impactos da terceirização sobre o mundo do trabalho são indiscutíveis, demonstrando a péssima qualidade do emprego nas empresas terceiras no Brasil. Por exemplo, no tocante a *remuneração salarial*, ela é menos 27,1% para os trabalhadores terceirizados. Em relação à *jornada de trabalho* contratada, os terceirizados realizam uma jornada de 3 horas a mais semanalmente, isso sem considerar as horas extras ou banco de horas realizadas. O *tempo de emprego* demonstra uma diferença ainda maior entre trabalhadores diretos e terceiros. Enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, em média, para os terceiros é de 2,6 anos. Deste fato decorre a *alta rotatividade dos terceirizados* – 44,9% contra 22% dos diretamente contratados. Esse fato tem uma série de conseqüências para o trabalhador terceirizado, que alterna períodos de trabalho e períodos de desemprego, resultando na falta de condições para organizar e planejar sua vida, inclusive para projetos pessoais como formação profissional, mas tem também um rebatimento sobre o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) uma vez que essa alta rotatividade pressiona para cima os custos com o seguro desemprego. Deste modo, a terceirização não se configura como *dano existencial*, na medida em que as relações de trabalho acima descritas submetem os empregados a jornadas excessivas de trabalho, causando abalo físico e psicológico, impedindo-o da fruição do direito ao lazer e ao convívio social? (os dados acima são encontrados na pesquisa da CUT/DIEESE publicada em 2011).

Quanto à distribuição dos trabalhadores subcontratados por setores de atividade observa-se uma concentração grande e crescente dos terceirizados no setor de serviços ao longo da década (o que se explica também pelo crescimento deste setor na década de 2000). Destaca-se que, apesar de executar tarefas, predominantemente, em outros setores de atividade, as empresas buscam classificar suas atividades no segmento de serviços, dado o caráter de prestação de serviços, desconsiderando sua atividade final, tendo como um dos benefícios, menores

salários do que, por exemplo, no setor industrial, que teve o número de terceirizados reduzido em 4 pontos percentuais, mas isso não se reflete no número de trabalhadores que continuam exercendo atividades nas unidades industriais.

Existem argumentos que afirmam que os baixos salários dos terceirizados ocorrem em função de estarem alocados em pequenas empresas, e que estas, não tem possibilidade de pagar melhores salários. Entretanto, pelo que diz a pesquisa CUT/DIEESE indicada acima, 53,4% dos trabalhadores terceirizados trabalham em empresas com mais de 100 empregados contra 56,1% dos trabalhadores diretos, percentuais bastante próximos.

Outro argumento comumente difundido é que os trabalhadores terceirizados recebem menos porque possuem menor escolaridade. De fato, os terceiros possuem uma escolaridade menor, mas não é um hiato gigante: 61,1% dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados possuem ensino médio ou formação superior, enquanto entre os trabalhadores dos setores tipicamente contratantes esse percentual é de 75,7%.

Finalmente, deve-se observar que tornou-se corriqueiro na era do neodesenvolvimentismo, calotes das empresas terceirizadas aos direitos dos trabalhadores terceirizados e o crescimento de acidentes de trabalho nas empresas terceiras. Inclusive, estudos constam o vínculo entre terceirização com o trabalho análogo à escravidão (por exemplo, 90% dos 40 maiores resgates em todo o Brasil nos últimos 4 anos terem trabalhadores terceirizados, conforme destaca a reportagem do REPÓRTER BRASIL, intitulada “Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência?”).

Enfim, a expansão invisível da terceirização é apenas a “ponta do iceberg” da reorganização capitalista ocorrida no Brasil na perspectiva da afirmação do capitalismo flexível. Cada vez mais, criticar a terceirização é criticar o capitalismo como modo de organização social. Existe um vínculo orgânico entre terceirização e nova dinâmica

do capitalismo global baseada no regime de acumulação flexível. No caso do Brasil, existe, como salientamos acima, a simbiose entre terceirização e superexploração da força de trabalho, traço ontogenético do capitalismo brasileiro. Nesse caso, o conceito de capitalismo significa não apenas modo de produção de mercadorias, mas significa também um *ethos* particular – no caso do Brasil – de valorização do capital e exploração da força de trabalho. É importante lembrar que o capitalismo brasileiro constituiu-se historicamente como um capitalismo hipertardio, dependente, de extração colonial-escravista e via prussiana, onde historicamente, o *moderno* se articulou com o *arcaico*; e o primado da iniciativa privada se impôs sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais dos trabalhadores.

Portanto, está inscrito como traço ontogenético do capitalismo brasileiro, o modo oligárquico-patrimonialista de organização da exploração da força de trabalho, com a “Casa Grande” continuando sendo movida insaciavelmente pela busca desenfreada de lucros (o que explica a ânsia da terceirização como estratégia de rebaixamento salarial e espoliação de benefícios trabalhistas). Ao mesmo tempo, a nova etapa histórica do capitalismo flexível, no plano do mercado mundial, reforça – *afirma e valida* – o traço estrutural do capitalismo brasileiro salientado acima.

No decorrer da década de 2000, tivemos em torno do tema terceirização, uma candente luta política e ideológica, com propostas em disputas, inclusive dentro da Direito do Trabalho, entre aqueles que querem regulamentar; e aqueles que querem abolir a terceirização. Apesar disso, o avanço da terceirização no Brasil foi quase irremediável por conta da correlação de forças sociais e políticas; e também devido – como salientamos acima – a *adequação estrutural* da terceirização com a nova lógica do capitalismo global na qual o Brasil se inseriu com vigor na década do neodesenvolvimentismo. Na verdade, a terceirização tornou-se o *Zeitgeist* do capitalismo flexível. Combater a

prática da terceirização significa ir contra natureza do capitalismo brasileiro e ir contra o espírito do regime de acumulação flexível imposto pela mundialização do capital. Terceirização e capitalismo no Brasil representam um “par perfeito”.

Portanto, a terceirização no Brasil *não* é traço meramente contingencial por conta da lei ou inescrupulosidade de juristas liberais ou maus capitalistas. Ela é um traço orgânico do capitalismo brasileiro. A terceirização é um modo de reafirmar a forma de ser de entificação do capitalismo brasileiro baseado na *superexploração da força de trabalho* (exploração da força de trabalho que articula intensificação do trabalho, alongamento da jornada laboral e rebaixamento salarial). Ao mesmo tempo, a vigência do capitalismo flexível e a constituição da “nova precariedade salarial” contribuiu para a reafirmação do modo de entificação do capitalismo no Brasil – hipertardio, dependente, extração escravista-colonial de via prussiana – aprofundando, deste modo, os traços históricos da miséria do trabalho no Brasil no interior do próprio núcleo da modernidade salarial. Portanto, a terceirização não é a afirmação do *arcaico* nas relações de trabalho no Brasil mas sim a reposição histórica da dialética entre o *moderno* e o *arcaico*, característica ontogenética do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A persistência do Estado neoliberal no Brasil sob os governos neodesenvolvimentistas contribui não apenas para a expansão da terceirização como modo de organização empresarial, mas também para seu reconhecimento jurídico-institucional pela alta corte constitucional do País. As condições de combate contra a terceirização são bastante adversas: por um lado, temos uma sociedade política hegemônica pelos interesses empresariais; e por outro lado, uma sociedade civil manipulada midiaticamente e hegemônica pelos princípios liberais da livre iniciativa, mantendo-se, deste modo, apática e alienada do desmonte da cidadania salarial decorrente da legalização da terceirização como

estratégia de flexibilização das relações de trabalho no Brasil.

Foi a hegemonia liberal, de extração oligárquico-política, presente na institucionalidade jurídico-política brasileira, que contribuiu para que se aceitasse a terceirização como princípio da livre iniciativa. Reduzir o combate à terceirização a discussão sobre atividade-fim e atividade-meio significa permanecer no campo do inimigo de classe, tendo em vista que, a discussão sobre atividade-fim e atividade-meio *não* se trata de procedimento técnico, mas sim, afirmação política. Deste modo, o problema é quem tem a prerrogativa de definir o que é, ou não, “atividade-meio” e “atividade-fim”, num contexto de complexificação da externalização da atividade econômica. As fronteiras do que ‘pode ou não pode’ estão indefinidas. O que será considerado estratégico dependerá do observador, de seus objetivos, que estão *para além da disputa sob os termos jurídicos*. No caso brasileiro, com a fragilidade da organização dos trabalhadores no local de trabalho, as empresas têm grande poder para definir o processo de produção e de trabalho. No fundo, o debate sobre “atividade-meio” *versus* “atividade-fim” reflete uma disputa política acerca dos direitos trabalhistas e sociais. Na verdade, a controvérsia tem relação com o disposto no Enunciado 331 do TST, que, cedendo aos interesses da grande empresa capitalista, num cenário de ofensiva neoliberal, legitimou a terceirização para inúmeras atividades “tipicamente terceirizáveis” e abriu a brecha para atividades de especialização favorecendo, deste modo, a redução de custos salariais e de benefícios conferidos pelas conquistas sindicais do segmento mais estruturado.

Portanto, a *repercussão geral* que obriga hoje o STF (Supremo Tribunal Federal) a discutir o conceito de atividade-fim, é a síntese concreta da disputa política – ou luta de classes – que ocorre hoje na sociedade brasileira nas condições históricas dos limites do neodesenvolvimentismo. A crise do capitalismo global e a pressão do mercado mundial exigem efetivamente uma

Reforma Trabalhista no Brasil que reduza o custo do trabalho. Entramos numa nova conjuntura geopolítica de ofensiva do capital no plano internacional. Não se trata de discussão técnica, muito menos de disputa sob os termos jurídicos. O deslocamento da discussão da terceirização do Congresso Nacional – onde se debatia, por exemplo, o Projeto de Lei 4330/04 – para o STF, corte constitucional de feição historicamente liberal-conservadora na discussão trabalhista, é um “golpe político” não apenas contra a Justiça do Trabalho, mas contra a democracia brasileira, tendo em vista tema de tal relevância social deveria ser discutido com a sociedade e com o parlamento brasileiro. Na medida em que se legitima a terceirização de modo irrestrita contribuiu-se para ampliar mais ainda o precário mundo do trabalho no Brasil, corroendo, deste modo, as perspectivas de inserção digna das gerações futuras no mercado de trabalho.

Finalmente, é importante esclarecer o seguinte: a expansão da terceirização no Brasil vincula-se à fase histórica de desenvolvimento do capitalismo global imerso na *crise estrutural do capital*. Por “crise estrutural do capital” entendemos a incapacidade candente do sistema de controle do metabolismo social realizar suas promessas civilizatórias. O desmonte do Estado de bem-estar social no pólo mais desenvolvido da civilização do capital – União Européia, por exemplo – é o exemplo da mutação estrutural do sistema produtor de mercadoria incapaz de afirmar e ampliar direitos dos trabalhadores.

A partir de 1990, o Brasil integrou-se no processo de mudança histórica maciça da organização do capitalismo num plano mundial (a dita “globalização”). Na presente temporalidade histórica do capital, existe uma tendência *deprecarização estrutural do trabalho* que faz parte da nova dinâmica do sistema do capital global, articulando, por um lado, *acumulação flexível*; e, por outro lado, *acumulação por espoliação*. Com o neoliberalismo, a lógica auto-expansionista do capital imprimiu sua

marca nas instituições jurídico-políticas da ordem burguesa, tornando-as insensíveis aos argumentos humanísticos e valores sociais. Os Sumos Sacerdotes do mercado clamam pelo princípio da iniciativa privada. Predomina no discurso das personificações do capital, o pragmatismo de ocasião, que reitera, como destino irremediável, a adaptação à nova ordem global. A palavra de ordem é *flexibilizar* as relações de trabalho.

O desenvolvimento da acumulação flexível/acumulação por espoliação nos “trinta anos perversos” de capitalismo global(1980-2010), ocorre no bojo das pressões estruturais para a redução de custos das grandes empresas capitalistas. Está ocorrendo aquilo que István Mészáros denominou no livro *Para além do capital, de tendência à equalização descendente da taxa diferencial de exploração*.

Nos países capitalistas do Ocidente, as classes trabalhadoras puderam por muito tempo gozar dos benefícios da “taxa diferencial de exploração”, inclusive construirão um Estado social democrático de direitos trabalhistas e cidadania salarial para ampla maioria da população trabalhadora. Suas condições de vida e de trabalho eram incomensuravelmente melhores do que as encontradas nos “países subdesenvolvidos” (como o Brasil, por exemplo). Os países capitalista do Ocidente eram modelo social de regulação do trabalho e muitos juristas e estudiosos do mundo do trabalho tomam como exemplo os países do capitalismo social-democrata. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo global, percebemos no plano mundial, a deterioração dos direitos trabalhistas – e do próprio Direito do Trabalho – sob a ameaça da flexibilização laboral.

No Brasil, como vimos, a “nova precariedade salarial” é efetivamente um elemento das condições de deterioração do trabalho, expressando aqui, a “equalização descendente” da taxa de exploração (por exemplo, o fenômeno do “precariado”, salientado por Guy Standing é o resultado social, no plano da estrutura de classes, da

“equalização descendente da taxa de exploração” nos países capitalistas europeus). Percebe-se no plano mundial, que os trabalhadores estão ameaçados em suas mais básicas condições de existência, não apenas devido o desemprego, mas, como vimos no caso do Brasil da era do neodesenvolvimentismo, a vigência da “nova precariedade salarial”, caracterizada pela expansão de relações de trabalho flexíveis. Os investidores lamentam o Custo Brasil e clamam pela Reforma Trabalhista. Como personificações do capital, expressam em si e para si, tão-somente a tendência de equalização descendente do diferencial das taxas de exploração. O ideal para eles seria aproximar as taxas de exploração do Brasil das taxas de exploração da China.

Na verdade, o acirramento da concorrência mundial por conta da entrada da China no mercado mundial, fez com que o capital social total, nas condições históricas da crise estrutural de valorização se impusesse sobre a totalidade do trabalho, obrigando, deste modo, o capital global a promover em cada país, nas últimas décadas, processos intensos de reestruturação produtiva visando desvalorizar a força de trabalho e impulsionar a ofensiva contra direitos do trabalhadores buscando, em última instância, equalizar as taxas diferenciais de exploração. A fragilização do Estado-nação diante do capital global e a correlação de forças sociais e políticas, com a crise do sindicalismo e a corrupção dos partidos de esquerda – principalmente da esquerda social-democrata, que incorporou a agenda neoliberal, colocam definitivamente o trabalho organizado, na defensiva.

A tendência de *equalização descendente da taxa diferencial de exploração* leva ao *rebaixamento civilizatório*. Para um país capitalista como o Brasil, isto assume dimensões de perversidade social, tendo em vista o cenário histórico de desigualdades social no País. Enfim, na era da terceirização, aprofunda-se, por um lado, *a crise do Direito do Trabalho e o declínio da instituição Justiça do Trabalho e das cortes constitucionais (como o TST)*. Caso o STF libere a

terceirização como almeja o empresariado, a Justiça do Trabalho receberá um golpe histórico. A expansão das relações de trabalho flexíveis como ocorreu na década de 2000, torna mais opaca a luta de classes com a invisibilização das *personas* do capital. O disfarce da relação de emprego oculta a subalternidade estrutural do trabalho ao capital e reforça a concorrência entre os próprios trabalhadores. Portanto, a terceirização não se restringe a ser um *mecanismo de rebaixamento salarial*, mas é um *mecanismo de ocultação ideológica*, descaracterizando o conflito antagônico capital *versus* trabalho.

Nas condições históricas de equalização descendente da taxa diferencial de exploração, inaugurou-se a era do *declive civilizatório do capital*, que contém em si e para si, não apenas a corrosão de direitos dos trabalhadores, mas a degradação da consciência de classe. É por isso que, hoje mais do que nunca, *aluta de classe* se impõe – no plano ideológico – como elemento de resistência estratégica visando desmontar no plano do pensamento, as ilusões liberais ou social-democratas, que imaginam ser possível um *capitalismo humanizado*. Pelo contrário, na era da crise estrutural de civilização do capital, urge afirmar os valores do socialismo e resgatar a tarefa política de democratização radical da sociedade capaz de resgatar efetivamente a dignidade da pessoa humana que trabalha.

TRABALHO, ALTERIDADE E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: a dialética entre reestruturação produtiva e organização social indígena nas frentes de expansão da agroindústria canavieira

GT18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Andrey Cordeiro Ferreira

Resumo

Este artigo apresenta elementos para a problematização da relação entre economia, trabalho e alteridade étnica e cultural. A proposição geral que iremos demonstrar com dados oriundos de pesquisa etnográfica é que a lógica de acumulação capitalista e as lógicas econômicas e culturais distintas podem se articular de formas extremamente complexas e contraditórias. A reestruturação produtiva fez com que um setor intensivo em trabalho passasse a ser intensivo em capital no seu processo de produção. Isso desencadeou uma série de efeitos de poder sobre a organização social indígena. No caso em questão iremos mostrar como, segundo os dados levantados com trabalhadores indígenas sobre o processo de trabalho nas Usinas e a organização do trabalho nas aldeias, o capitalismo flexível da agroindústria canavieira se defrontou com lógicas de reciprocidade indígena que produziram obstáculos à produção e acumulação capitalista e por isso tornaram-se alvo de estratégias de dominação.

Palavras –Chave Etnicidade; Trabalho; Reestruturação Produtiva

Introdução

Este artigo desenvolve algumas reflexões sobre a relação entre economia, trabalho e alteridade étnica e cultural. A proposição geral que iremos demonstrar com dados oriundos de pesquisa etnográfica é que a lógica de acumulação capitalista e as lógicas econômicas e culturais distintas podem se articular de formas extremamente complexas e contraditórias. No caso em questão, segundo os dados levantados com trabalhadores indígenas sobre o processo de trabalho nas Usinas e a organização do trabalho nas aldeias, o “capitalismo flexível” da agroindústria canavieira se defrontou com lógicas de reciprocidade indígena que produziram efeitos de obstaculização da produção e acumulação capitalista e por isso tornaram-se um problema e objeto de estratégias de dominação.

A pesquisa aqui apresentada foi realizada entre trabalhadores indígenas, assalariados rurais da agroindústria canavieira do Mato Grosso do Sul, onde desde o final dos anos 1970 ocorreu uma expansão da fronteira agrícola da cana-de-açúcar, movida pelo Próalcool. Esse processo levou a implantação de uma série de unidades agroindustriais em diversas regiões do estado e a criação de um sistema de recrutamento de mão de obra indígena no qual participam o Estado, através da FUNAI, lideranças indígenas e as empresas. Até o final da década de 1990 a agroindústria canavieira era pautada num modelo de uso intensivo de mão-de-obra, quando no início de 2000 começa um processo de reestruturação produtiva na região. Pretendemos então a partir da etnografia pensar o que significa ser um trabalhador (diferenciado étnica e culturalmente) no contexto da reestruturação produtiva e como esta condição e identidade estão profundamente vinculadas ao que é a dominação no processo de trabalho.

1 – A agroindústria e as relações interétnicas: determinismo do capital e agência dos trabalhadores

Iremos aqui fazer uma rápida descrição do campo social no qual realizamos nossa pesquisa. O estado do Mato Grosso do Sul localizado na região Centro-Oeste do Brasil, possui fronteiras com importantes estados produtores do agronegócio (como Paraná e São Paulo) e também com importantes fronteiras territoriais e fluviais internacionais, além de estar ligado a diversos portos e economias por rotas ferroviárias e rodoviárias. Essa situação é o resultado de um processo de integração na economia mundial contemporânea que se aprofundou a partir da década de 1970, como parte da expansão da fronteira agrícola.

Do ponto de vista das relações interétnicas, o Mato Grosso do Sul tem sido historicamente um caso destacado. No século XIX e início do século XX foi palco de guerras contra povos indígenas e de iniciativas pioneiras de política indigenista, como a Comissão Rondon. Recentemente, a descoberta do Relatório Figueiredo mostrou como no Mato Grosso do Sul os índios eram objeto de uma estrutura de poder autoritária e repressora durante todo o século XX, com expropriações violentas que antecederam e acompanharam a expansão da fronteira agrícola. Essa situação perdurou até as décadas de 1990, quando os índios Terena e Guarani voltaram a chamar a atenção para os conflitos territoriais envolvendo indígenas e as relações de super-exploração nas Usinas da Agroindústria, expressas nas diferentes denúncias de trabalho escravo.

Os Terena ao longo do século XX ocuparam a posição de um campesinato étnico que ocupava microterritórios resultantes de um processo de formação das fazendas e expropriação. Esse campesinato mantinha diferentes formas de relação com a terra (o domínio corporado mediado pelo Estado, no caso das reservas indígenas, mas também formas de parceria, arrendamento e uso clandestino) e de assalariamento (como peões e trabalhadores braçais temporários e precários nas fazendas). Mas a partir de 1978 dois processos se combinaram: a intensificação da expropriação territorial com o cercamento efetivo das fazendas seguida do desmatamento provocado pelo avanço da fronteira agrícola, com a restrição de formas como a parceria ou uso clandestino. É nesse momento que um movimento de recrutamento coletivo de força de trabalho indígena se inicia, através do Proálcool que irá direcionar um fluxo organizado de trabalhadores indígenas para a produção agroindustrial.

No período de implantação do Proálcool e seu apogeu (1978-1990), existia um padrão tecnológico inferior ao atual (baixo uso de capital) e relações de trabalho precárias e flexíveis (inexistência de carteira de trabalho, fiscalização e direitos trabalhistas, bem como inexistência de controle sobre a jornada de trabalho). Mas por outro lado não existia um grande controle sobre os trabalhadores indígenas, que tinham também condições de burlar e fugir do trabalho e ao mesmo tempo fazer certas manipulações do processo de trabalho (como as quantidades produzidas). O segundo período, de crise e extinção do Proálcool (1990-1999), com início dos movimentos de contratualização e intervenção do Estado (nesse período é criada no âmbito do Mato Grosso do Sul a Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho) por meio de intervenções do Ministério Público do Trabalho, o que produz várias consequências: são exigidas garantias trabalhistas e colocadas multas sobre as empresas, o que leva a várias empresas à falência; para tentar fugir a essa regulação, as empresas iniciam a utilização de força de trabalho nordestina para substituir indígenas. O terceiro período (1999-2004) é o do “boom” do etanol no Brasil e inicia-se um processo de expansão da produção de cana e também de reestruturação produtiva, com a introdução de novos sistemas de produção e tecnologias. O último período (2004/20014) é da vigência simultânea da contratualização e mecanização, em que é criado o “pacto do trabalhador indígena” (um acordo do Ministério Público do Trabalho com empresas do setor) para proteção dos direitos indígenas, mas ao mesmo tempo é criada uma nova regulação ambiental que obriga a mecanização, combinada com campanhas diversas de incentivo a eliminação do trabalho indígena e do combate à escravidão.

Podemos dizer que esta situação é extremamente complexa, pelo menos em dois sentidos. Do ponto de vista da economia política, a reestruturação produtiva iniciada no período do boom do etanol marca a convergência de uma estratégia do capital de eliminar o trabalho com uma estratégia do Estado de

“proteção” e “contratualização” das relações de trabalho que acaba aumentando o custo da mão de obra e conseqüentemente reforçando a tendência de mecanização. Por outro lado, setores da sociedade civil e igreja, articulados dentro da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho do Mato Grosso do Sul elaboram uma campanha de proteção dos trabalhadores indígenas que entendem que eliminar os postos de trabalho é a melhor estratégia para acabar com a superexploração. Por isso, há uma convergência de interesses e discursos para realizar a reestruturação produtiva. Formou-se uma espécie de consenso em torno da positividade da reestruturação produtiva, que seria assim uma forma de melhorar a relação com o meio ambiente (com a mecanização da colheita e eliminação da queimada) e as relações de trabalho (eliminando os próprios postos de trabalho precários). Esse consenso precisa ser problematizado.

Quando consideramos os discursos sobre a reestruturação produtiva, podemos observar duas tendências. Como no caso do Mato Grosso do Sul, existe uma convergência em torno do caráter positivo dessa reestruturação produtiva. A teoria sociológica normalmente enfatizou a dimensão da dominação e o caráter fatal da reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho, enfatizando o impacto desorganizador do desemprego e das formas de subjetividades produzidas no âmbito toyotista e precários de trabalho. Por outro lado, o discurso dominante entre os atores sociais caminha na mesma direção fatalista, só que enfatizando o caráter progressista da reestruturação produtiva: esta promoveria uma melhoria das condições ambientais e de vida e trabalho dos segmentos étnicos (como os povos indígenas), e nesse sentido a reestruturação produtiva é vista como inevitável e desejável. Pretendemos questionar essa premissa da fatalidade, mostrando que nem a reestruturação produtiva é apenas um modo de racionalização dos custos ambientais e trabalhistas, nem expressão da supremacia do capital e de um determinismo tecnológico que não percebem as contra-tendências que emergem pela resistência cotidiana informada culturalmente nos locais de trabalho.

Pretendemos aqui recuperar os pontos de vista indígena sobre o trabalho e as relações de exploração, sobre a reestruturação produtiva (e os processos de mecanização e contratualização) para demonstrar como estes processos econômicos produzem efeitos de poder, mas existem também formas de resistência cotidiana aos processos de exploração que antecedem os diferentes momentos e nos ajudam a ver a complexidade dessas questões para além da supremacia e determinação do capital. Existindo relações de dominação e exploração, estas nunca se realizam eliminando as reações dos trabalhadores como é o caso com trabalhadores indígenas.

2. A reestruturação produtiva de pontos de vista indígenas: negociação e conflito entre referências culturais e políticas

A expansão da fronteira agrícola no final dos anos 1970 e o desenvolvimento capitalista agroindustrial tiveram como efeito à constituição de uma complexa dialética entre a organização social indígena e o processo de produção capitalista na agricultura. Os índios do Mato Grosso do Sul, especialmente Terena e Guarani, em razão da expropriação que acompanhou o processo, passaram a ter no trabalho assalariado na agroindústria sua principal fonte de reprodução social. Dessa maneira, um primeiro aspecto que devemos levar em consideração é a forma dessa interdependência.

O sistema de recrutamento de trabalho entre 1978 e 2013 não se alterou muito. Ele é baseado em três categorias: 1) o empregador capitalista; 2) os intermediários, dentre os quais existem o intermediário ligado a empresa chamado “Gato” e os intermediários do Estado, os indigenistas da FUNAI (os “chefes de posto”); 3) os caciques indígenas, que são as autoridades responsáveis por assinar os contratos em nome das “comunidades indígenas” e os “cabeçantes”, que são líderes das turmas de trabalho indígena. O cacique tinha o poder de indicar os trabalhadores e fazia isso com base em relações de parentesco e aliança.

Ao mesmo tempo em que a agroindústria demandava força de trabalho indígena, criou-se uma relação de dependência de duas formas dentro das aldeias: a dependência das famílias dos postos de trabalho como fonte de reprodução social; a dependência do cacique de da empresa, já que a competência no gerenciamento desses postos de trabalho e sua distribuição, bem como dos recursos do chamado “caixa comunitário” (é um fundo composto por uma contribuição de cada trabalhador e da empresa, que poderia somar alguns milhares de reais por cada turma e que ficava sob o controle do cacique) passou a ser um critério fundamental para a legitimidade do poder do cacique. Essa dupla dependência, econômica das famílias e política da liderança, fez com que as relações de trabalho tronassem-se o centro da dinâmica política e social das aldeias em múltiplos aspectos.

Essa situação é fundamental para entendermos os pontos de vista e as estratégias indígenas ante o processo de reestruturação produtiva. Iremos aqui analisar dois processos inter-relacionados. O primeiro deles foi à eliminação de trabalhadores indígenas Terena dos postos de trabalho entre 1998 e 2002, não em razão da reestruturação produtiva, mas da baixa produtividade e dos problemas de disciplina do trabalho dos índios Terena (que foram sendo substituídos por índios Guarani). O segundo processo se deu entre 2004-2010, de recolocação dos trabalhadores Terena em determinadas empresas, exatamente no momento em que os órgãos de proteção e as empresas estavam envidando todos os esforços no sentido de eliminar os Terena e demais índios desses postos de trabalho. Como veremos pelos relatos de alguns “cabeçantes” tanto no primeiro processo, quando no segundo, existiam estratégias indígenas quanto fatores culturais que foram determinantes para o processo¹.

Segundo o indígena Dejanour hoje um dos principais cabeçantes Terena do município de Miranda, quando ele começou em 2002-2003 na Usina Santa Helena, existiam 15 turmas de Guarani e só uma de Terena. Foi ele que a partir de então começou a organizar mais turmas e introduzir os demais cabecantes, distribuindo o trabalho ao invés de pensar em ganhar mais centralizando maior número de turmas. Por outro lado ele disse “ *“os trabalhadores de Lalima não tem ambição, não liga para o trabalho e para o ganho”*”.

Durante o período de implantação e crise do Próalcool, o padrão tecnológico e o modelo produtivo davam margens à indisciplina no trabalho. O próprio relato de Dejanour é emblemático: ao se referir aos índios de sua aldeia de origem, ele afirma categoricamente que eles não ligam para o trabalho e para o “ganho”. Dejanour e outros cabeçantes nos relataram a existência de três problemas principais: 1) a luta em torno do controle da produção do trabalhador individual, já que quando a produção era medida manualmente os índios podiam manipular os resultados e aumentar sua produção individual; 2) a luta em torno da execução do trabalho, de maneira que eram freqüentes problemas de abandono e indisciplina no trabalho (especialmente consumo de bebidas, permanência ociosa no barracão e fuga para cidade em busca de mulheres); 3) a luta pelo poder de “seleção” dos trabalhadores, que causava os dois primeiros, já que o cacique Terena montava a lista dos trabalhadores e indicava os cabeçantes, tendo as empresas pouco ou nenhum controle sobre a seleção.

Existe então um choque de percepções. Enquanto que no período de criação e crise do Próalcool a imagem construída pela intervenção dos órgãos de fiscalização e especialmente pelas denúncias dos grupos de estudos e fiscalização da Igreja e Ministério do Trabalho como “trabalho escravo”, na narrativa e a perspectiva indígena esse mesmo período é visto a partir de uma ótica diferenciada. Ao mesmo tempo em que falam de forma a ressaltar as duras condições de trabalho (especialmente de alojamento), essa época é considerada como de maior oferta de emprego, maior possibilidade de controle da produção e logo maiores possibilidades de diminuir a exploração através de mecanismos de controle direto sobre o processo produtivo. Uma multiplicidade de formas eram empregadas para tal

¹ Estamos utilizando como fontes para essa três depoimentos de diversos depoimentos de trabalhadores e cabeçantes, além da observação em algumas usinas e cidades do Mato Grosso do Sul. Além desses depoimentos a análise morfológica e genealógica das diferentes aldeias assim como, análise de vasta documentação dos Postos Indígenas e também da Comissão de Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul.

finalidade tais como: a) formas de medição das linhas dentro da quadra, de maneira que a execução da tarefa do corte influenciava diretamente no ganho de produtividade e também a intensidade de esforço físico. O fiscal quase não acompanha os trabalhos na roça. Hoje a fiscalização é mais intensiva e eles controlam a qualidade e até a quantos centímetros do chão a cana deve ser cortada. “*É tudo por computador agora*”, relata um indígena, frase que indica exatamente uma forma muito específica de introduzir controle sobre os processos de produção e retirar dos trabalhadores o controle não somente sobre a tarefa, mas especialmente sobre o tempo/ritmo de sua execução e também da área (pedaço de terra específico dentro da fazenda) sobre a qual o trabalhador vai exercer as atividades. Os índios Terena tinham estratégias para burlar a exploração, manipulando os dados sobre produtividade, abandonando o trabalho ou trabalhando menos que o esperado.

Aqui é necessária uma observação sobre como a organização social e cultural específica dentro da aldeia condicionou esse processo. O foco está na relação do cacique como líder e distribuidor de bens. Como os caciques Terena em geral são escolhidos por meio de eleição, isso gera um interessante sistema de relações políticas e econômicas. O cacique precisa de votos. Muitos indígenas, como não têm terra, precisam de emprego. Os “empregos” gerados na relação Índios-Estado-Empresa entram nas aldeias então como um tipo de “dom”, juntamente com o “voto”. Assim, o voto na eleição de cacique era um “dom” pelo qual se esperava não uma troca direta, mas um “contra-dom” que passou a ser o “emprego” ou posto de trabalho na Usina. Essa relação de reciprocidade fazia com que as redes de apoio político do cacique tivessem acesso regular aos postos de trabalho. Como o poder do cacique dependia da sua reputação como bom líder frente à comunidade, o que significava atender a um número grande de obrigações. Ou seja, o cacique queria distribuir entre um número cada vez maior de pessoas os empregos, de maneira que os trabalhadores tinham de fazer uma espécie de “rodízio”, dificilmente indo os mesmos trabalhadores mais de uma vez no ano para o trabalho no corte da cana.

A consequência é que essas relações de reciprocidade combinada com as formas de resistência cotidiana à exploração no local de trabalho levavam a uma baixa produtividade do trabalho. Aqui a questão da rotatividade dos cabeçantes e trabalhadores se torna um elemento fundamental. Em Cachoeirinha, segundo Dejanour existia uma lista de cabeçantes para poderem assumir os contratos, de maneira que o cacique fazia um compromisso com essas pessoas e redistribuía em rodízio os cargos para que cada um conseguisse obter o seu ganho. Ou seja, a organização social indígena e a cultura específica, combinadas com formas de resistência informal e cotidiana, comprometeram o processo de acumulação capitalista e motivaram a redução do uso de força de trabalho Terena em determinadas empresas no final dos anos 1990, mesmo antes da reestruturação produtiva.

Mas ao mesmo tempo outros traços dessa organização social e cultural possibilitaram uma transformação desse padrão. No caso, a organização segmentar-faccional (em unidades territoriais e de parentesco) fez com que o cargo de cacique fosse sempre objeto de uma luta entre facções que exerciam o poder de forma monopólica. Dessa forma, essas relações de reciprocidade não abrangiam todos os segmentos das aldeias e comunidades Terena e várias lideranças e grupos domésticos eram insatisfeitos com esse arranjo. Foi nesse conflito estrutural que os novos cabeçantes começaram a surgir, como Dejanour e passaram a apelar para a necessidade de aumentar o profissionalismo e a disciplina do trabalho para poder aumentar o espaço dos trabalhadores Terena dentro das Usinas. Pelo relato de Dejanour, entre 2003-2004 os índios Terena não estavam sendo contratados pelas Usinas. Foi o seu trabalho como cabeçante que permitiu essa relação fosse sendo construída e que dependeu do bom contato com um “Gato”, com o qual ele estabeleceu uma relação de confiança e colaboração. Por outro lado, nem todas as Usinas conseguiam capital para realizar a mecanização e por isso continuar usando força de trabalho indígena era essencial, como foi o caso da Usina Santa Helena. O fato é que os índios tinham interesse em aumentar o número de empregos e a Usina em manter a força de trabalho indígena.

A partir de então Dejanour enquanto cabeçante estabeleceu uma relação com uma facção da aldeia Cachoeirinha e indicou um grupo de 4 irmãos para irem para a mesma Usina como cabeçantes. Segundo o seu relato, existe uma correspondência entre a expansão do número de turmas de trabalhadores indígenas na Usina Santa Helena e a reconfiguração do poder dentro das comunidades locais dentro de Cachoeirinha. Entre 2002-2004 os Terena estavam em “extinção” dentro da Usina Santa Helena. Nessa época eram 15 turmas de trabalhadores Guarani, 2 de nordestinos e apenas uma de trabalhadores Terena. Esse processo foi sendo modificado em função tanto do comportamento dos Terena, que passaram a zelar pelo aumento da produtividade, manter a disciplina no trabalho. O que aconteceu foi extremamente importante. Para garantir o abastecimento de força de trabalho indígena e a produtividade dentro da empresa, ao mesmo tempo mantendo os postos de trabalho para os índios Terena, uma aliança entre o a Empresa, o Gato e certas lideranças se fez para derrubar o sistema de poder do cacique e a lógica de reciprocidade que operava no recrutamento de trabalhadores e a implantação de novos caciques que garantissem que a empresa teria o poder de seleção e recrutamento, junto com os cabeçantes. Isso fez com que uma série de facções que estavam alijadas do poder nas aldeias conseguissem tomar o cargo de cacique desde que aceitando o poder da empresa sobre o processo de recrutamento.

Isso se deu da seguinte maneira. Dejanour, o cabeçante mais antigo da Usina Santa Helena, progressivamente conseguiu introduzir um grupo de cabeçantes que multiplicou o número de turmas de trabalhadores Terena entre 2003 e 2006. Enquanto diversas Usinas estavam eliminando postos de trabalho indígena, a Usina Santa Helena manteve os níveis de trabalhadores e mesmo aumentou em certos períodos. Ele articulou um grupo de cabeçantes na aldeia Cachoeirinha, todos eles irmãos e membros de uma importante parentela, com poder político na aldeia, mas que não conseguia eleger o cacique desde meados dos anos 1980. Assim no ano de 2006 uma luta política entre esse novo grupo de cabeçantes que foi sendo instituído em torno de Dejanour, que apoiou um candidato a cacique que era irmão dos cabeçantes de Cachoeirinha. Segundo as informações de moradores locais o mesmo aconteceu em Passarinho outras aldeias do município de Miranda. Desse modo, a empresa estabeleceu através da aliança com esse grupo de cabeçantes o poder sobre o processo de contratação. No caso, existia um conflito político prévio que se expressava na luta pela sucessão do cargo de cacique dentro das aldeias Terena e que vai repercutir em Cachoeirinha, Passarinho e também Lalima. O acordo previa que a empresa teria garantido que os mesmos cabeçantes e trabalhadores assumiriam diversos contratos ao longo do ano, que estes teriam uma produtividade mínima e observariam regras de disciplina no processo de trabalho.

Do ponto de vista desses cabeçantes Terena, foram eles que construíram esse espaço através de iniciativas individuais, expressando a sua demanda por manter os empregos. Podemos observar alguns elementos significativos então nesse processo. O choque entre duas demandas diferentes: o controle e lógica de redistribuição do poder do cacique dentro da aldeia, que distribuía os cargos de cabeçante e empregos de forma itinerante na sua “base política” e os interesses da empresa de elevar a produtividade do trabalho, já que esse sistema de reciprocidade na aldeia prejudicava a acumulação de capital dentro da empresa. Assim, em 2006, ocorreu um movimento liderado pelos cabeçantes e certas famílias dentro de Miranda para garantir a retomada do poder por caciques que garantissem a estabilidade dos cabeçantes e das turmas, de maneira a aumentar a produtividade do trabalho. Além disso, temos uma importante contradição entre duas visões da flexibilidade. A “flexibilidade” do trabalho, característica da organização toyotista que é induzida pelas empresas capitalistas se chocou com uma flexibilidade gerada pela forma de reciprocidade indígena nas quais os postos de trabalho se inseriam como “dom”, imposta por suas obrigações e forma específica de organização social. Esse choque obrigou uma empresa em particular a modificar sua estratégia, investindo no sentido de estabilizar a força de trabalho e restringir essa flexibilidade o que possibilitou que facções que antes tinham perdido seu espaço político retomassem em grande medida esse espaço não mais por alianças

com outro grupo, mas pela aliança específica estabelecida com a empresa capitalista. Assim, a estratégia indígena de redistribuição dos recursos e postos de trabalho entrou em choque com a empresa capitalista, choque de duas racionalidades distintas, mas que se manifestou também pelo controle monopólico que foi estabelecido por uma dessas facções e possibilitou então um arranjo específico de trabalho dentro da área.

Os índios Terena passaram a ter como objetivo ocupar postos de trabalho na agroindústria. Para alcançar isso foi preciso modificar aspectos do processo de trabalho e da relação tradicional entre os caciques indígenas, os cabeçantes (responsáveis pelas turmas de trabalho dentro das usinas) e os trabalhadores indígenas e suas aldeias. Essa mudança implicou numa quebra do poder do cacique, que perdeu o poder de indicar os trabalhadores. Assim a reestruturação produtiva teve efeitos dialéticos sobre a organização social indígena e por outro lado, essas formas questões da organização social indígena eram fundamentais para o processo de produção capitalista. Podemos concluir enfatizando que os indígenas Terena vêem a sua permanência nos postos de trabalho como uma conquista e uma adaptação de conduta. Eles terem mantido os postos de trabalho é hoje visto como uma aquisição dessa adaptação e mudança de conduta, especialmente a adoção de uma disciplina de trabalho. Ao mesmo tempo, apesar de vivenciarem a exploração, eles não consideram que a simples eliminação dos postos de trabalho é um fato positivo e tentaram contornar o máximo possível o desemprego gerado pela reestruturação produtiva e pela reação da empresa às contradições geradas pela sua forma cultural de vivenciar o processo de trabalho.

3. Considerações finais: concentração de capital, proletarização e reestruturação produtiva

Os dados da pesquisa nos permitem formular alguns problemas. O primeiro deles diz respeito a uma tese geral que orienta muitas pesquisas e abordagens, a tese da concentração de capital (com a conseqüente polarização dicotômica das classes sociais, proletarização x aburguesamento) e/ou a tese da modernização econômica, que apesar de partirem de diferentes referências teóricas, tenderam a considerar que o processo de desenvolvimento capitalista e/ou revoluções tecnológicas eliminariam do processo de produção como fatores ordenadores a diversidade étnica e cultural, bem como consideram o trabalho como um pólo determinado e o capital como determinante. O que podemos demonstrar a partir da etnografia é que mesmo no limiar da expropriação e sob intensas formas de proletarização e superexploração, a organização social e cultura indígena continuaram operando para formar as reações dos trabalhadores indígenas e marcar a especificidade da sua inserção no processo de produção capitalista. Ou seja, o trabalhador indígena não é apenas determinado pela exploração e reestruturação produtiva, mas é também determinado pelas contradições internas do seu grupo étnico e pelos critérios culturais de interpretação das obrigações econômicas e estratégias de reprodução social e resistência cotidiana.

Por outro lado, os indígenas Terena dentro do processo de produção capitalista também desenvolvem estratégias de resistência informal à exploração tipicamente fabris. A lentidão ou abandono do trabalho, a manipulação dos dados de produtividade, e a solidariedade (realização coletiva de tarefas individuais) foram formas empregadas para combater o processo de exploração desde as primeiras fases de sua inserção na força de trabalho agroindustrial. A identidade étnica não impede essas estratégias, mas direciona a sua prática para dentro do próprio grupo étnico. Assim, se a reestruturação produtiva expressa o poder estrutural do capital como ação, não podemos abstrair as estratégias dos dominados, que manipulam os processos de produção e burlam a exploração através de diferentes técnicas de resistência cotidiana e essa reação depende de formas de organização social e cultural. A identidade étnica se apresenta, entretanto como um fator fundamental para o processo de produção, já que a divisão entre Terena, Guarani e depois “nordestinos” marcou não somente diferentes regimes de trabalho, mas diferentes redes e formas de solidariedade no processo de trabalho. Essas

questões mostram que o grupo étnico coloca problemas específicos a expansão do capitalismo e também a análise da consciência do trabalhador e da própria formação das classes sociais.

Para pensarmos e entendermos a identidade e formas de ação e consciência dos trabalhadores sob as condições de reestruturação produtiva devemos levar em consideração: 1) uma descrição não somente do trabalhador individual, mas do contexto sociopolítico e as unidades a que pertencem (grupos étnicos, domésticos, unidades territoriais urbanas ou rurais) e suas formas de organização social e cultural; 2) as ações formais e informais, não somente as ações coletivas públicas de resistência, mas também as diversas formas de resistência cotidiana à exploração no local de trabalho; 3) os conflitos e negociações que se estabelecem entre o capital e os grupos dominados, que podem apresentar antagonismos e formas de cooperação como vimos no caso em questão.

O capitalismo se expande se confrontando com lógicas culturais diferenciadas e para confrontá-las diferencia si próprio, no sentido que usa de estratégias diferenciadas, como lutar para modificar a estrutura de poder dentro das aldeias. Apesar das formas de contratação serem precárias, temporárias e flexíveis o capital se apoderou do fator trabalho (em particular do trabalho indígena) não somente através da precarização, mas da contratualização, da extensão do poder para o âmbito das aldeias e também pela eliminação de uma flexibilidade “imposta de baixo”, que ele não controla. Por fim, a alteridade étnico-cultural pode se reproduzir em aspectos significativos nos interstícios de uma ostensiva e agressiva estrutura de dominação e exploração. É preciso então dar a devida atenção aos dados concretos que podem se colocar de forma variada e sutil.

Referencias Bibliográficas

Feldman-Bianco, Bela ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS –Métodos. Global Editora, São Paulo, 1987.

Cohen, Percy. “*Economic Analysis and Economic Man: Some Comments on the Controversy*”. IN: Firth, Raymond. Themes in Economic Anthropology. Tavistock Publications Limited, 1967.

Colson, E. Migration in Africa: trends and possibilities. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. Social Change: The Colonial Situation. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. Edition 1964

Frankenberg, Ronald. “*Economic Anthropology: One Anthropologist's View*” IN: Firth, Raymond. Themes in Economic Anthropology. Tavistock Publications Limited, 1967.

Firth, Raymond. “*Themes in Economic Anthropology: a General Comment*” IN: Firth, Raymond. Themes in Economic Anthropology. Tavistock Publications Limited, 1967.

Godelier, Maurice. “A Antropologia Economica”. IN: Copans, Jean, Godelier, Maurice ET. All. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas? Edições 70, Lisboa, 1971.

Harris, M. Labor Emigration among the Moçambique Thonga: Cultural and Policital Factors. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. Social Change: The Colonial Situation. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. Edition 1964

LEACH, Edmund Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo, Edusp, 1996 [1954] p. 307-319.

Malinowski, B. Malinowski, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Os Pensadores, Editora Abril, São Paulo, 1976.

Mayer, Adrian A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, Bela (org) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo, Global (1987)

POLANYI, Karl – El sistema económico como proceso institucionalizado . In: Godelier, Maurice. Antropología y economía. EDITORIAL ANAGRAMA, BARCELONA, 1976. (Original: *The Economy as an Instituted Process*. In: Polanyi, K. et al. - *Trade and Market in the Early Empires*. New York, The Free Press, 1957. pp. 239-157

Santos, Edmilson Moutinho, Fagá, Murilo Tadeu Werneck, ; Barufi, Clara Bonomi; Poulallion, Paul Louis. “Gás natural: a construção de uma nova civilização”. Estudos. Avançados. vol.21 no.59 São Paulo Jan./Apr. 2007

Skinner, E. P. Labor Migration and Its Relationship to socio-cultural change in Mossi Society. IN: Wallerstein, Immanuel Maurice. Social Change: The Colonial Situation. John Wiley & Sons Inc; 1st Ed. edition 1964

Wolf, Erick. “Introdução” e “Modos de Produção”. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo, Edusp. 2009

WHITE, Leslie. “The Evolution of Culture”. In: Hammond, P. B. (ed.). Cultural and Social Anthropology. Selected Readings. New York: Macmillan, 1964, p. 406-426.